

STJ00101994

MARIA AUXILIADORA MINAHIM

AUTONOMIA E FRUSTRAÇÃO DA TUTELA PENAL

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thaís de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Poliana Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Carolina Mihoko Massanhi

Arte e diagramação Laís Soriano

Revisão de provas Amélia Kassiss Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Alzira Muniz

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Surane Vellenich

Capa Idée arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Paym

Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-63545-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Minahim, Maria Auxiliadora

Autonomia e frustração da tutela penal / Maria
Auxiliadora Minahim. – São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Autonomia 2. Direito penal 3. Individualismo 4.
Tutela penal I. Título.

15-06209

CDU-343

Índice para catálogo sistemático:

1. Tutela penal : Direito

343

Data de fechamento da edição: 26-8-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida
por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da
Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

140.070.001.001

SUMÁRIO

Prefácio	7
Apresentação	9
Nota à edição	19
Introdução	21
 Capítulo 1 Autonomia e individualismo	 27
1.1 O indivíduo como um ser em sua circunstância	28
1.2 O indivíduo como <i>socius</i>	32
1.3 A bioética e a valorização da autonomia.....	37
1.4 Os sentidos de autonomia, sua legitimidade e suas limitações	43
 Capítulo 2 A norma de direito público e a liberdade de consentir	 51
2.1 A necessidade da autonomia e de seus limites.....	52
2.1.1 Autonomia e consentimento: repercussões no direito penal	52
2.1.2 Flexibilização dos comandos e proibições pelo exercício da autonomia no direito penal.....	56
2.2 Bem jurídico tutelado pelo direito penal: indisponibilidade e autonomia	59
2.3 Tratamento dogmático do consentimento no direito penal	65
2.3.1 Dualismo x monismo.....	68
2.3.2 Consentimento na relação médico-paciente	72
2.3.2.1 Leis de proteção à autonomia do paciente	73
2.3.2.2 A tutela da autonomia por meio do tipo de intervenção médica arbitrária	75
2.3.2.3 A tutela da autonomia do paciente no Brasil.....	78
2.3.2.4 Consentimento presumido.....	80

Capítulo 3 Teses de imputação à vítima: uma visão extremada da autonomia do sujeito	85
3.1 Imputação objetiva e auto e heterocolocação em perigo	86
3.1.1 Auto e heterocolocação em perigo	88
3.2 Vitimodogmática	94
3.3 Imputação à vítima	98
3.4 A vítima pelo olhar da Criminologia	100
3.4.1 A Vitimologia	101
Capítulo 4 Construções sobre imputação à vítima: crítica e repercussões	103
4.1 As dificuldades de designação dos institutos e de fixação de seus respectivos conteúdos	104
4.2 Heterocolocação em perigo e consentimento	106
4.3 Equiparação entre auto e heterolesão e suas consequências	109
4.4 Controle do fato e mitigação da pena	116
4.5 Repercussões práticas das doutrinas	117
4.5.1 A descriminalização de atentados contra a vida como resultado da compreensão de posições liberais no direito penal...	118
4.5.2 Da eloquência do discurso à perplexidade dos fatos	120
4.6 O testamento vital	121
4.7 O princípio da solidariedade como moldura da autonomia	124
Conclusão	135
Referências	143